



**Brazilian Geographical Journal:
Geosciences and Humanities research
medium**



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

Os (des)caminhos do Planejamento Municipal do Turismo: o caso da revitalização do Sítio Histórico de Vila Velha (Espírito Santo Brasil)

Doutor Anderson Pereira Portuguez

Professor Adjunto do Curso de Geografia da FACIP - Universidade Federal de Uberlândia, e Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará. Rua Gurinhatã, nº. 816, Pirapitinga, Ituiutaba (MG), CEP 38.307-426, Brasil. **E-mail:** anderson@pontal.ufu.br.

Graduado Rafael Gumiero de Oliveira

Gestor Executivo da Universidade Federal do Espírito Santo e Assessor Administrativo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – PMVV. Rua Desemb. Augusto Botelho, nº 71, AP. 701, Praia da Costa, Vila Velha (ES) CEP 29.101-110, Brasil. **E-mail:** rafael.oliveira@ufes.br

ARTICLE HISTORY

Received: 31 July 2011
Accepted: 14 October 2011

PALAVRAS-CHAVE:
Planejamento
Revitalização
Turismo
Patrimônio Cultural
Vila Velha

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a política municipal de revitalização do sítio histórico do município de Vila Velha (estado do Espírito Santo, Brasil) criada em 2009 para incentivar os usos turísticos e recreativos neste setor da cidade. Para tanto, realizou-se análises documentais e revisão de literatura, além de entrevistas com os gestores municipais, moradores e turistas, para captar diferentes entendimentos sobre as novas formas de uso e ocupação deste espaço. Observou-se que até o presente momento, a maioria das ações planejadas não foi iniciada devido a entraves de ordem burocrática. Concluiu-se que em grande medida, este problema se deve à falta uma atuação efetiva de profissionais qualificados na assessoria dos Secretários Municipais, pois os quadros funcionais são ocupados predominantemente por aliados políticos que desconhecem os meandros do planejamento urbano e da gestão da atividade turística.

KEY-WORDS:

Planning
Revitalization
Tourism
Cultural Patrimony
Vila Velha.

ABSTRACT – THE (UN)PATCHES OF THE TOURISM CITY PLANNING: THE CASE OF THE REVITALIZATION OF THE VILA VELHA HISTORIC SITE (ES-BRAZIL). The present work aimed to analyze the municipal policy of revitalization of the Vila Velha historic site (state of Espírito Santo, Brazil) created in 2009 to encourage the tourist and recreational uses in this sector of the city. To this end, were realized documental analyzes and bibliographical revision, and interviews with municipal managers, residents and tourists to capture the different understandings about the new forms of use and occupation of this space. Was noted that until the present moment, most of the planned actions were not initiated because of bureaucratic obstacles. Was concluded that a large extent, this problem is due to a lack of effective action of qualified professionals in the advice of the Municipal Secretaries, because the staffs are occupied predominantly by political allies who unknown the ways of the urban planning and the tourist activity management.

PALABRAS-CLAVES:

Planificación
Revitalización
Turismo
Patrimonio Cultural
Vila Velha

RESUMEN – LOS (DES)CAMINOS DE LA PLANIFICACIÓN MUNICIPAL DEL TURISMO: EL CASO DA LA REVITALIZACIÓN DEL SÍTIO HISTÓRICO DE VILA VELHA (ES - BRASIL). El presente trabajo tuvo por objetivo analizar la política municipal de revitalización del sitio histórico del municipio de Vila Velha (estado de Espírito Santo, Brasil) creada en el año 2009 para incentivar los usos turísticos y recreativos en este sector de la ciudad. Para esto, se realizó análisis documentales y revisión de literatura, además de entrevistas con los gestores municipales, habitantes e turistas, para captar diferentes entendimientos sobre las nuevas formas de uso y ocupación de este espacio. Se observó que hasta el presente momento, la mayor parte de las acciones planificadas no se iniciaron debido a la burocracia. Se concluyó que este problema se debe a la falta de una actuación efectiva de profesionales cualificados en la asesoría de los Secretarios Municipales, pues las plazas para planificadores son ocupadas por aliados políticos que desconocen los caminos de la planificación urbana y la gestión de la actividad turística.

1 Introdução

Desde a década de 1990, o Estado do Espírito Santo vem investindo na recuperação de alguns sítios históricos importantes, com vistas não só à sua proteção legal, mas, sobretudo, à projeção turística de alguns municípios como Vitória (a capital), Muqui, Mimoso do Sul, Colatina, São Mateus e outros. Enquanto os sítios históricos litorâneos apresentam grande ecletismo arquitetônico, pois são mais antigos e possuem diversos testemunhos da ocupação do estado desde o século XVI, os sítios históricos do interior são mais recentes e guardam exemplares da arquitetura colonial cafeeira do século XIX.

Ações diversas, ora isoladas, ora articuladas com agentes federais e municipais de salvaguarda do patrimônio histórico, vêm tomando corpo desde então, mas até o momento atual não chegaram a configurar espaços reabilitados de fato, com mecanismos adequados de planejamento turístico voltado para um adequado uso de suas potencialidades.

Em 1999, o governo federal, por meio do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹, lançou o PACH – Plano de Ação das Cidades Históricas, que objetivou enfrentar as questões estruturantes das cidades brasileiras com importantes acervos históricos e culturais, por meio de um planejamento integrado e participativo que estabelece ações para o desenvolvimento das cidades a partir das premissas de sustentabilidade e valorização das comunidades envolvidas. Deste modo, os planejamentos deveriam refletir um pacto consensual firmado ente os entes federados (Federação, estados e municípios), o setor privado e a sociedade civil organizada (IPHAN, 2009).

O PACH pretendeu atender as cidades brasileiras com sítios históricos tombados (ou em processo de tombamento) pelo IPHAN e municípios com lugares registrados (ou em processo de registro) como Patrimônio Cultural do Brasil. Com esta ação, uma nova onda de iniciativas se fortaleceram no estado do Espírito Santo, visando a reabilitação dos espaços urbanos de interesse de preservação arquitetônica, sobretudo nos municípios de Vitória, Vila Velha e Muqui.

O IPHAN, naquela ocasião, ofereceu suporte técnico para que as prefeituras pudessem aderir voluntariamente ao PACH e, assim, habilitarem-se a receber recursos de diversos programas federais de incentivo ao desenvolvimento. Desejava-se alcançar a revitalização de sítios históricos que por diferentes motivos, se encontravam em estado de abandono, ou mal integrado às políticas municipais e estaduais de desenvolvimento urbano. Foi neste momento que os municípios de Vitória, Vila Velha e Muqui se mobilizaram, realizando planejamentos conjuntos e em separado, sob a orientação do corpo técnico do IPHAN. Surgiu, assim, o Plano de Ação para Cidades Históricas em Vila Velha.

Nesta perspectiva, o presente trabalho teve o objetivo de analisar as ações de diagnóstico, planejamento e articulação institucional realizadas pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Vila Velha, sob a coordenação da SEMCULT - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo IPHAN, para a revitalização do sítio histórico do município.

Para tanto, realizou-se análise documental dos programas e projetos municipais, em especial os elaborados pela SEMCULT ao longo do ano de 2009, procurando confrontar os documentos disponibilizados com a literatura especializada, para se compreender a lógica de planejamento adotada para o sítio histórico do município. Em um segundo momento, realizou-se trabalhos de campo com o propósito de conhecer o atual estado de conservação da arquitetura protegida, bem como realizar registros fotográficos e entrevistas com residentes, turistas e autoridades municipais.

Este estudo se justifica na medida em que, passados dois anos desde o lançamento oficial do plano de ações, ainda não foi possível verificar mudanças substanciais na forma de gerir e utilizar o sítio histórico de Vila Velha. É importante compreender os motivos que levaram aos atrasos na inicialização das ações da gestão pública, pois acredita-se que compreendendo os (dê)s caminhos do planejamento elaborado, pode-se contribuir com sugestões para o amadurecimento de futuras ações de governança no âmbito municipal. Também é necessário compreender quais atores sociais foram envolvidos no processo e como contribuíram para a elaboração das propostas ora analisadas. A participação da sociedade é de fato importante em empreitadas desta envergadura, pois a revitalização de um sítio histórico pressupõe, antes de tudo, sua resignificação e proposição de novos usos

1

□ O IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia do Governo Federal com sede em Brasília, vinculado ao Ministério da Cultura e é responsável pela salvaguarda do acervo patrimonial material e imaterial do Brasil. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/>. Acessado em 30 de julho de 2011.

para o patrimônio protegido e, sem o envolvimento de profissionais qualificados e agentes locais de desenvolvimento, corre-se sério risco de não se lograr os resultados esperados para as políticas públicas de incentivo ao turismo e à cultura.

2 delimitação e caracterização da área estudada

O município de Vila Velha localiza-se na Região Metropolitana de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Possui 212 km² e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística², sua população em 2010 era de 414.420 habitantes, sendo então, a cidade mais populosa do estado. Segundo Portuguesez (2011, sp.):

Vila Velha é uma cidade moderna, complexa, pujante e com expressivo desenvolvimento industrial e comercial. Porém, este desenvolvimento econômico não foi acompanhado de planejamento físico-territorial adequado, o que tem resultado em sérios problemas relacionados à mobilidade, índices de criminalidade, dificuldade de acesso a educação pública em especial para etapa da educação infantil, atendimento primário de saúde ainda frágil, condições precárias de moradia em diversos bairros, ocupação irregular do solo urbano e degradação ambiental.

Na faixa costeira do município, essa mais desenvolvida, encontram-se algumas das praias mais importantes do litoral do Espírito Santo: Praia da Costa, Praia de Itapuã, Praia de Coqueiral de Itaparica (a mais popular delas), Praia das Garças e a Barra do Jucu. Estas praias, nos últimos 20 anos têm sido alvo de intensa especulação imobiliária, com a conseqüente verticalização das construções, sobretudo no trecho entre as praias de Itapuã e Itaparica. Ali, predominam os luxuosos condomínios verticais destinados a compradores abastados de Vila Velha ou vindos de diversas localidades do Brasil.

Estas mesmas praias são responsáveis pela atração de um volume muito elevado de turistas para o município³, o que tem demandado uma série de ações por parte do poder público no sentido de dotar a cidade com a infra-estrutura necessária para o crescimento equilibrado do setor turístico.

Em outras palavras, Vila Velha é um claro exemplo de cidade brasileira de médio porte, onde as grandes contradições sociais são materializadas de forma clara na paisagem urbana. A territorialização da riqueza e da pobreza em zonas muito bem delimitadas, porém próximas e contrastantes, gera desafios constantes para quem a administra no sentido de oferecer para toda a coletividade, os serviços e possibilidades de desenvolvimento e qualidade de vida desejada pelos cidadãos.

Uma das áreas mais problemáticas do município é sua região oeste e especialmente sua porção norte, onde estão alguns de seus bairros mais pobres, alguns deles bastante populosos e com graves problemas ambientais resultantes da ocupação da zona estuarina do rio Aribiri, onde os bosques de manguezais foram em grande parte, substituídos por áreas de aterros. É ainda nesta zona norte, junto ao canal principal da baía de Vitória, que

2

□ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 30 de julho de 2011.

3

□ Não foi possível localizar nas fontes documentais consultadas, dados confiáveis sobre estimativas de fluxo turístico no município de Vila Velha. A Prefeitura Municipal não realiza investigações sobre os aspectos quantitativos e qualitativos de sua demanda turística com freqüência, mas estimativas não oficiais apontam para 350 a 450 mil visitantes por ano (SEMCULT, 2009).

se encontra a zona portuária (a noroeste) e o sítio histórico (ou setor histórico) de Vila Velha (a nordeste).

Em janeiro de 2009, o atual prefeito assumiu o executivo municipal com promessa de executar uma série de ações de recuperação urbanística deste setor norte e uma das ações mais importantes, referiu-se à revalorização do sítio histórico de Vila Velha para que este se tornasse um espaço de convivência, de lazer, de turismo e de manifestação da fé, visto que duas das igrejas mais antigas e importantes do Estado se encontram em seu interior (fig. 2).

O sítio histórico ocupa uma área relativamente pequena do município, mas concentra algumas edificações importantes do ponto de vista arquitetônico e identitário, pois são testemunhos de distintas temporalidades históricas e culturais do povo desta cidade. Este conjunto arquitetônico possui construções que datam dos séculos XVI a XX e ao longo de seus quase 476 anos, o sítio histórico foi ocupado de diferentes formas pela sociedade que ali se instalou, gerando também, diferentes formas de uso daquele espaço.

Milton Santos (1996) nos ensina que este acúmulo de temporalidades em uma dada paisagem dá origem ao que chamou de “rugosidades”, ou seja, uma superposição de usos, de funcionalidades (religiosa, defensiva, econômica, residencial, turística e outras) e de dinâmicas sociais que resultam na materialização de testemunhos dos diferentes momentos de produção daquele espaço.

De acordo com os levantamentos históricos realizados pela SEMCULT - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (2009), a relevância histórica deste setor da cidade refere-se ao fato de que em 23 de maio de 1500, o Donatário das terras do Espírito Santo, D. Vasco Fernandes Coutinho, aportou com suas embarcações na área compreendida entre a entrada da baía de Vitória e os morros do Inhoá e Ucharia. Os portugueses identificaram uma área plana a qual chamaram de Prainha e foi ali que fundaram a Vila de Nossa Senhora do Espírito Santo, tornando-se a primeira capital colonial.

Segundo esta mesma fonte documental, entre 1549 e 1551⁴, a sede da administração da Capitania⁵ passou para a chamada Vila Nova (atual Vitória), que fora construída em uma grande ilha localizada do outro lado do canal da baía, o que assegurava maior proteção contra os constantes ataques dos povos indígenas que viviam na área continental e reclamavam seus direitos ao território ocupado pelos portugueses. Desde então, a antiga capital passou a ser conhecida como “a vila velha”, surgindo daí seu nome definitivo.

A cidade expandiu-se, então, a partir da antiga vila construída na Prainha e atualmente, esta área abriga um bairro de mesmo nome. Seu traçado foi remodelado no século XIX, porém mantendo em parte algumas de sua configuração do período colonial. Esta intervenção resultou em um processo de renovação urbana e grande parte do casario histórico ainda existente data deste período. Este casario foi identificado como de interesse

4

□ Não há consenso entre os pesquisadores do assunto, sobre a real data de fundação da cidade de Vitória.

5

□ Em cada período da história do Brasil, as unidades territoriais receberam denominações distintas, de acordo com as normas jurídicas vigentes. Assim, denominou-se de Capitânicas Hereditárias, as terras brasileiras doadas pela Coroa Portuguesa aos donatários (nobres) que as colonizaram entre os séculos XVI e XVIII. No século XIX, as antigas Capitânicas passaram a ser chamadas de Províncias e por fim, no período republicado, após 1889, as Províncias passaram a ser chamadas de Estados (PORTUGUEZ, 2010).

de preservação pelo município por meio de um Inventário de reconhecimento com informações relevantes para seu tombamento (SEMCULT, 2009).

Uma grande área do bairro da Prainha encontra-se preservada pela legislação municipal (por meio do Plano Diretor Municipal, Lei de nº 4.575/2007) que considera esta área como Área Urbana Consolidada e definiu neste sítio as Zonas de Especial Interesse Ambiental (ZEIAs), que abrangem os Morros da Ucharia, do Convento, da Penha e do Moreno; as Zonas de Proteção Ambiental e Cultural, que compreendem a ocupação urbana do Bairro da Prainha e as ocupações urbanas do entorno do Morro do Moreno. No entanto, a coletividade vila-velhense ainda aguarda por uma ação mais efetiva no sentido de registrar os imóveis no Livro de Tombo da Prefeitura Municipal de Vila Velha, o que impediria sua descaracterização arquitetônica.

A área eleita para o presente estudo corresponde ao recorte territorial do sítio histórico da cidade de Vila Velha que foi delimitado pelos planejadores municipais em 2009 por ocasião da elaboração do plano de metas e ações vinculadas ao PACH. O sítio histórico (fig. 1) ocupa parte da borda norte do município, entre a entrada da baía de Vitória a leste e duas elevações moderadas, conhecida como morros do Inhoá e Ucharia, a oeste.



Figura 1: Localização da área investigada.

Do conjunto de edificações e monumentos naturais ali existentes, destacou-se na figura 2, à continuação, os 11 atrativos turísticos mais relevantes, que são formados por construções notáveis dos séculos XVI a XX e ainda por notáveis marcos naturais da paisagem (morros do Moreno e da Penha).

Este setor abriga ainda um conjunto de 75 casas consideradas de interesse de tombamento, porém, nem todas elas se encontram em seu estado original de construção. Algumas tiveram suas fachadas bastante alteradas ao longo do tempo, sofrendo reformas que descaracterizaram muitas de suas peculiaridades arquitetônicas originais (SEMCULT, 2009).

No sítio histórico encontram-se ainda, inúmeros órgãos públicos e a Praça Duque de Caxias, que embora seja moderna, é considerada a praça central da cidade contemporânea e é um lugar de grande representação identitária para o município. Na praça, encontram-se equipamentos culturais importantes, como a Biblioteca Pública Municipal e o Teatro Municipal, ambos em construções do tipo modernas.

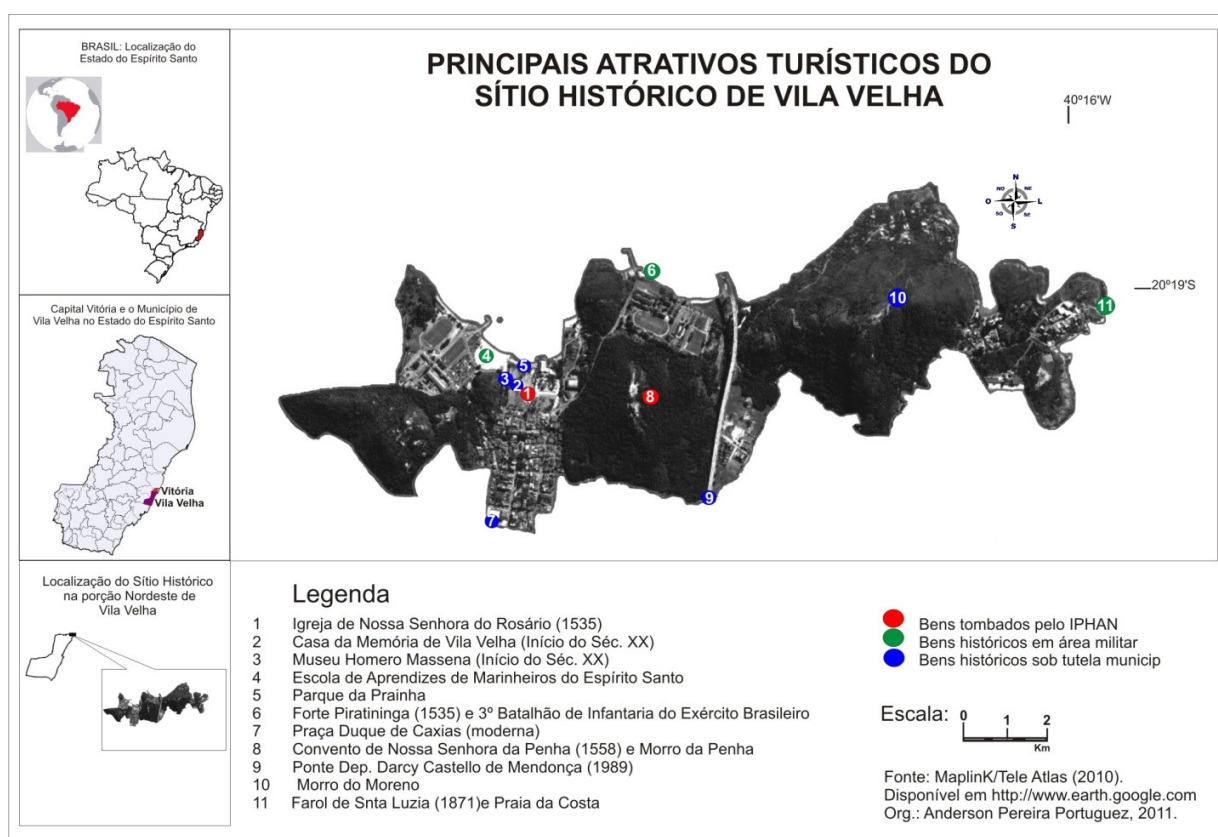


Figura 2: Localização dos ícones urbanos e atrativos turísticos da área investigada.

3 da salvaguarda à turistificação do patrimônio histórico-cultural

A literatura especializada tem mostrado que no Brasil, a conservação dos bens culturais é anterior à conservação dos bens naturais. Segundo Teles (2001), as primeiras iniciativas brasileiras em favor da preservação do patrimônio ocorreu em 1742 no estado nordestino de Pernambuco, em decorrência de um movimento de crítica à reforma do Palácio das Duas Torres⁶ pelo conde Gauveas. Desde este episódio, ocorreram algumas poucas iniciativas de

conservação até 1923, quando propôs-se no âmbito governamental, a criação de uma inspetoria do patrimônio histórico dos Estados brasileiros.

Conforme os levantamentos deste mesmo autor, em 1934 o então presidente da República, Getúlio Vargas, iniciou a implantação de ações em benefício da cultura e da conservação dos objetos de interesse histórico e patrimônio artístico. Foi este mesmo governante quem assinou o Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, que criou o SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este órgão foi posteriormente convertido no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é o atual responsável pelas políticas brasileiras de tombamentos de sítios históricos e proteção cultural em escala federal.

Em 1970, com a assinatura do “Compromisso de Brasília” e 1971, com a assinatura do “Compromisso de Salvador”, os municípios brasileiros dotados de bens materiais e imateriais da cultura brasileira começaram a legislar sobre a conservação de seus patrimônios. Rhoden (2001) afirmou que estas iniciativas foram importantes pois deram poderes legislativos para os municípios, o que até então era uma prerrogativa do governo federal.

Com estas iniciativas, muitas edificações e conjuntos arquitetônicos passaram a ser protegidos em todo o Brasil, tanto pelo governo federal, quanto pelos governos estaduais e municipais. A turistificação destas áreas de interesse histórico-cultural se deu a partir da década de 1960, mas pode-se dizer que ainda hoje, esta modalidade de turismo espera por um trabalho mais sério e profissional tanto de seus planejadores públicos, quanto das empresas que atuam no mercado nacional.

Em termos de planejamento, o turismo em sítios históricos apresenta-se como um desafio para muitas cidades, pois os acervos encontraram-se muito degradados, sobretudo nos centros urbanos, mas há cidades no Brasil onde a infraestrutura tem facilitado a atribuição da funcionalidade turística aos sítios históricos.

Sobre isto, Rhoden (2001) alerta para o fato de que o desenvolvimento do turismo no Brasil tem levado muitas prefeituras a investir grandes montantes de recursos públicos para turistificar patrimônios que não são suficientemente consistentes para gerar fluxos constantes e lucrativos. Lembrou que os motivos que levam a proteção do patrimônio são de ordem social e não necessariamente devem estar vinculados aos possíveis gastos dos viajantes. Afirmou ainda que a chave para o sucesso turístico dessas localidades dotadas de acervos relevantes é a construção consciente de uma ponte entre a preservação e o uso sustentável de seus recursos.

Portuguez (2011, sp.) afirmou que sucintamente, pode-se dizer que a turistificação consiste na “atribuição da funcionalidade turística a uma determinada paisagem, o que resulta em transformações diversas para que esta possa receber os fluxos de visitantes que passam a afluir para ela”. Ao estudar a o sítio histórico da cidade de Muqui (ES) o autor identificou alguns indicadores do seu processo de turistificação, que aqui se assume como comuNS a diversos outros sítios históricos brasileiros:

- a) Existência efetiva de um determinado contingente de visitantes;
- b) Consolidação de alguns elementos da paisagem como fatores expressivos de atratividade de fluxos (pontos turísticos, ícones

□ Nome popular do *Palácio de Friburgo*, construído entre 1639 e 1642 na cidade de Recife (PE), localizada no litoral nordeste do Brasil. Era o local de residência e descanso do Governador Maurício de Nassau. Entre os anos de 1774 e 1787, reduziu-se a ruínas e foi finalmente demolido para ceder espaço para novas construções.

urbanos e atrativos turísticos); c) Apropriação (pelo setor de turismo) das manifestações da cultura popular, que passaram a figurar como atrativos de fluxos e/ou complementação da oferta diferencial deste núcleo receptor; d) Introdução de novos empreendimentos especializados (comércio e serviços) e sua utilização pelos visitantes; e) Agregação de função turística em empreendimentos que antes, eram utilizados fundamentalmente pelos moradores do lugar; f) Incorporação do mercado informal aos circuitos de consumo turístico, sobretudo por meio da fabricação e venda de souvenirs e produtos artesanais; g) Uso (mesmo que ocasional) dos equipamentos públicos e infraestrutura urbana por parte dos visitantes, o que pode gerar sobrecarga de demanda em determinadas épocas de maior fluxo; h) Mudança na estrutura urbana com a introdução de residências secundárias e residências de temporada; i) Aumento da pressão social sobre os serviços públicos básicos: água, luz, esgoto, segurança pública, mobilidade e outros.

Minguez García (2007), ao estudar a funcionalidade turística dos sítios históricos Reais da Comunidade de Madrid⁷, traçou alguns indicadores que mostram os processos sociais, políticos, econômicos, geográficos e outros, que são responsáveis pela superposição de funcionalidades que se pode atribuir a lugares e edificações em cidades históricas. Com base nos estudos desta autora, considera-se aqui que a funcionalidade é um atributo que as sociedades conferem às paisagens, em seu todo ou em partes, em função dos modos de apropriação, uso e ocupação do espaço.

Os padrões de uso do patrimônio histórico e de consumo dos bens culturais locais determinam a sua funcionalidade. Nesta perspectiva, a paisagem pode ser definida como turistificada, ou em processo de turistificação, na medida em que os agentes econômicos deste setor se fazem presentes na mesma, apropriando-se de seus recursos, ainda que de forma parcial.

Pode-se ainda, afirmar que a funcionalidade turística soma-se às demais funcionalidades pré-existentes, configurando o sítio histórico como, então, uma paisagem multifuncional.

4 A revitalização como discurso e como política pública de turismo no âmbito municipal

A revitalização dos sítios históricos no Brasil, em linhas gerais, se mostra menos eficiente do que processos semelhantes realizados em alguns países do mundo, tais como Espanha, França, Portugal, Chile e outros, onde o patrimônio cultural (material e imaterial) é considerado de fato um elemento definidor da identidade nacional. Esta discrepância se deve, sobretudo, às diferenças existentes entre as lógicas de valorização social destes espaços e, ainda, à estratégias mais competentes de investimentos públicos e privados na proteção, recuperação e uso dos acervos que compõem a memória coletiva.

7

□ Reais, neste sentido, refere-se aos patrimônios históricos relacionados à realeza espanhola.

Algumas experiências brasileiras foram emblemáticas na década de 1990, como foram os casos de Salvador (estado da Bahia) e Recife (estado de Pernambuco), que inspiraram muitas outras cidades a iniciarem seus processos de reabilitação.

Atualmente há em curso novas ondas de revitalizações nas cidades que serão sedes de jogos durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014. O Rio de Janeiro, além da referida Copa, receberá também os Jogos Olímpicos em 2016, e embora estes eventos não tenham sido a origem da recuperação do centro histórico da Cidade Maravilhosa, são na atualidade a base dos discursos públicos associados às ações de revitalização.

Na grande maioria das cidades, a reabilitação de sítios históricos, sobretudo centrais, se mostra bem menos estruturada. Como resultado, o que se vê são ações puramente cosméticas e processos parciais de recuperação de áreas de interesse histórico e cultural, como ocorreu na cidade de Vitória.

No estado do Espírito Santo, há registros de processos de revitalização que se deram de forma distorcida e perversa. Portuguese e Teubner (2001) estudaram a revalorização do sítio histórico de São Mateus e constataram que o preço social pago pela comunidade local para que a área do antigo porto fosse reabilitada, foi o banimento de diversas famílias mais pobres daquele local, assim como das prostitutas, que foram reconhecidas posteriormente como as responsáveis pela conservação do casario durante várias décadas.

A possível agregação da funcionalidade turística aos sítios históricos tem sido apontada como um elemento motivador dos processos de revitalização. No entanto, este discurso merece um pouco mais de cuidados acadêmicos, pois a atividade pode produzir consequências indesejáveis para estas áreas, que geralmente são muito frágeis. Botelho (2005) lembrou que há uma ambigüidade latente nos processos de revitalização, que trazem consigo uma tensão entre o local e o global, pois atualmente, em um cenário altamente competitivo da economia globalizada, corre-se o risco de comprometer o caráter identitário local. Afirmou que:

(...) as cidades precisam se destacar através de um diferencial (...). A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados. Mas, uma vez que o modelo difundido no mundo é o mesmo (os centros precisam se revitalizar para tornar as cidades competitivas), o que se observa em muitos casos é o comprometimento da diferenciação que existia em cada sítio, seja no aspecto cultural e dos usos e costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico (p. 54).

Não se defende aqui, que a revitalização esteja obrigatoriamente relacionada ao turismo, ou a qualquer outra forma de expressão do mercado global sobre um espaço de identidade local. A reabilitação urbana deve ser um projeto de valorização da cidade, de sua imagem, de seus moradores, de sua memória e de sua pujança produtiva. É claro que, havendo possibilidades de incorporação de novas funcionalidades, isto pode ocorrer, mas sem que haja a saturação funcional do sítio histórico, pois isto poderia pô-lo em processo de (re)degradação.

Portuguez (2011) considerou que as áreas urbanas (em especial os sítios históricos) são passíveis de revitalização quando se observa no local um gradativo processo de descaracterização e/ou perda do patrimônio, migração das funcionalidades espaciais originais para outros recortes da cidade, deterioração da infraestrutura urbana, ocupação por população empobrecida e/ou segregada socialmente, redução dos investimentos privados, degradação ambiental, entre outras características. Embora o cenário pareça demasiadamente catastrófico, esta combinação de fatores é muito comum em centros urbanos brasileiros.

Nesta perspectiva, políticas públicas eficientes de revitalização seriam aquelas que se mostram capazes de reverter o curso apresentado anteriormente, por meio de articulações políticas e sociais que dêem novo dinamismo aos espaços econômica e funcionalmente deprimidos. Para tanto, para cada fator gerador da perda da “vitalidade” dos sítios históricos, seriam necessárias medidas que os fizessem adquirir “nova vitalidade”. Não se trata, portanto, de um processo simples, tampouco barato. Ao contrário, requer investimentos consideráveis e muita articulação dos promotores do desenvolvimento urbano.

São necessários projetos para a recuperação/restauração do patrimônio; instalação/valorização de equipamentos culturais (galerias de arte, bibliotecas, eventos culturais, teatros e outros); definição de novas funcionalidades espaciais compatíveis com os usos sociais pretendidos; investimentos em infraestrutura urbana (mas sem descaracterizar o acervo arquitetônico tombado); Incentivo à ocupação dos imóveis por famílias comprometidas com sua conservação (sem o banimento arrogante dos moradores já estabelecidos); incentivos fiscais para a instalação de empreendimentos privados ligados aos novos setores produtivos incorporados ao espaço; investimentos em segurança pública, entre outras.

Estes propósitos, para serem alcançados, requerem do poder público, uma atenção especial ao planejamento urbano e setorial (turístico), como forma de estabelecer as metas e as metodologias mais adequadas para associar a recuperação do sítio histórico a um modelo de uso sustentável de seus potenciais. Nesta perspectiva, o turismo pode ser um aliado do desenvolvimento local, desde que focado nos interesses das comunidades residentes nos sítios históricos.

Segundo Acerenza (2002), a atividade turística é vista na contemporaneidade como sinônima de lazer, de prazer, de descanso e de enriquecimento dos conhecimentos culturais. Para Ruschmann (2000), o turismo se materializa por meio da comercialização de produtos compostos por um amplo conjunto de bens e serviços que se unem por relação de interação e interdependência, tornando-o bastante complexo. De acordo com esta mesma autora, o produto turístico é imaterial e intangível, de modo que do consumo turístico, resta fundamentalmente experiências vivenciadas.

Rodrigues (1997) lembrou que a movimentação de pessoas que se deslocam pelo espaço geográfico para efetivamente praticarem o turismo, mobiliza uma ampla e complexa cadeia de trabalho, dentro da qual empreendimentos, pessoas, governos e organizações sociais contracenam para proporcionar aos viajantes, momentos de alegria, prazer e satisfação, ainda que a motivação das viagens não tenha sido somente a evasão do cotidiano.

Como atividade produtiva, o turismo é capaz de agregar renda, gerar impostos, ampliar investimentos em infraestrutura, valorizar as culturas consideradas atrativas, promover a paz, entre outros benefícios. Em contrapartida, segundo Ruschmann (2000), se o turismo for desprovido de cuidados administrativos e ações efetivas do poder público, pode agravar ou inclusive causar graves impactos socioambientais, tais como: aumento da poluição, agravamento da pressão do tráfego sobre o espaço urbano, aumento dos índices de violência e consumo de entorpecentes, degradação de ecossistemas e outros.

Para que o turismo possa produzir seus benefícios sociais, ambientais, econômicos e políticos, é necessária uma ação efetiva e determinada do poder público no sentido de planejá-lo. Porém, esta não tem sido tarefa fácil. Segundo Portuguez (2010), a literatura disponível sobre esta temática no Brasil mostra que são raros os casos de sucesso, embora boa parte dos autores insista em fazer propostas “miraculosas” de modelos e metodologias de planejamento para o setor.

As prefeituras enfrentam ainda, em escala nacional, uma forte carência de pessoal qualificado para planejar o setor, basicamente em função de dois fatores importantes. Em

primeiro lugar, os quadros técnicos das Secretarias Municipais nem sempre são compostos por profissionais que entendem da atividade turística. Geralmente são pessoas que atuaram ativamente durante as campanhas políticas e uma vez que seus partidos políticos, ou candidatos chegam ao poder, estes “cabos-eleitorais” são recompensados com cargos comissionados para os quais não possuem a mais básica formação. Resulta daí uma série de ações equivocadas e amadoras.

Em segundo lugar, deve-se lembrar que os especialistas em turismo nem sempre conhecem os meandros da gestão pública para efetivarem propostas tramitáveis dentro das instâncias de gestão, que são lentas, burocráticas e exigem muita articulação política. Em outras palavras, temos hoje no país uma grande quantidade de Bacharéis em Turismo, Mestres e Doutores na área, que muito entendem de turismo desde o ponto de vista teórico, mas que pouco sabem sobre tramitação de processos na esfera pública.

Ao analisar o quadro funcional da Secretaria Municipal de Turismo de Vila Velha, observou-se que de fato não há pessoal qualificado atuando na assessoria do Secretário. Como resultado, os projetos mais elementares necessários à melhoria deste setor produtivo no município, simplesmente não saem do plano das intenções. É, portanto, esperável que diante deste quadro, o planejamento municipal do turismo não seja feito e, quando o é, os resultados esperados acabam por não se materializarem. Uma análise mais criteriosa dos documentos consultados para a realização deste estudo mostrou que o próprio conceito de desenvolvimento não está muito bem entendido no âmbito da SEMCULT.

Segundo Castro (*apud* ACERENZA, 2002, p. 23), o planejamento representa a racionalidade expressada pela gestão pública para organizar e coordenar os recursos socioespaciais com o intuito de alcançar o bem-estar social, assim como o desenvolvimento do território como um todo. Dias (2003) acrescentou ainda que há diversas maneiras de se planejar e que no escopo de todas as metodologias existentes, sempre se idealiza o futuro desejado e se busca mobilizar os recursos necessários para sua efetivação.

Troitiño Vinuesa (2004, p. 33) afirmou que: “O planejamento turístico, ao permitir que sejam territorializadas as decisões da política urbana, é uma das ferramentas com que contam as cidades para preparar seu futuro e controlar de forma correta, os processos de mudança”. Contudo, planejar não significa assegurar o sucesso do turismo, ou de qualquer outra atividade. É a proposição de um caminho a se percorrer, mas deve-se levar em consideração algumas dificuldades que o poder público pode enfrentar ao traçar rumos para o futuro de uma coletividade.

Coriolano (2006), por fim, lembrou que “os sujeitos produtores do turismo possuem ideologias que sustentam políticas e estratégias, posturas diferenciadas em relação ao fenômeno, perceptível em seus discursos e práticas” (p. 57). Acrescentou ainda que o planejamento em si, é neutro e o que deve despertar a atenção é o seu discurso, a sua lógica interna, que evidenciam de modo muito claro as intenções ocultas por traz da máscara sempre positiva do planejamento. Em outras palavras, pode-se planejar para se atingir diversos fins, com diversas metodologias e com diversas articulações políticas repletas de intencionalidade.

5 o caso do sítio histórico de vila velha

O investimento aprovado pelo Comitê Gestor do PACH para a revitalização do sítio histórico de Vila Velha foi da ordem de R\$ 59 milhões, envolvendo um total de 49 ações voltadas ao patrimônio histórico do Município⁸ (SEMCULT, 2009). Porém, até o presente momento, estes recursos não foram executados pelo fato de o poder público municipal não ter elaborado os Termos de Referência (TRs), que são os estudos minuciosos de arquitetura, engenharia e urbanismo. Nos TRs, encontram-se os marcos descritivos de cada uma das ações pretendidas, com seus projetos básicos, projetos executivos e orçamentos. Vê-se então, que há um entrave burocrático, de caráter técnico, que precisa ser executado por pessoal qualificado para que haja de fato a transferência de verbas para a operacionalização do PACH Vila Velha.

No projeto preliminar⁹, já aprovado pelo Ministério da Cultura, está previsto no Plano de Ação para Cidades Históricas em Vila Velha ações de ampliação do conhecimento da história do município; aperfeiçoamento da gestão do patrimônio cultural por meio do fortalecimento da política do patrimônio cultural do município; requalificação dos edifícios e espaços urbanos históricos, divulgação e difusão das referências culturais tradicionais, incremento e promoção do turismo cultural (SEMCULT, 2009).

O planejamento das ações de revitalização realizado no ano de 2009 no sítio histórico de Vila Velha objetivou a valorização deste espaço como uma área de grande relevância cultural, tanto para o município de Vila Velha, quanto para todo o Estado do Espírito Santo. Para tanto, uma série de atividades foram realizadas paralelamente, para que o cumprimento do calendário estabelecido pelo IPHAN pudesse ser rigorosamente cumprido. Para esta análise, convém destacar três ações: diagnóstico, planejamento cultural e turístico e articulação institucional.

A primeira ação consistiu na realização de um diagnóstico detalhado da área que se pretendia revitalizar. Os aspectos observados foram: descrição geral da área delimitada; identificação dos edifícios já tombados; levantamento dos bens históricos e culturais passíveis de proteção e tombamento; perfil sócio-econômico da população residente; levantamento de projetos realizados (ou em realização) com aderência às políticas de revitalização; descrição dos usos, serviços e infraestrutura e caracterização da qualidade ambiental.

Os técnicos envolvidos perceberam que a área estudada apresenta, por um lado, uma boa consolidação da funcionalidade turística e, por outra, uma série de carências que exigiriam intervenções de planejadores, para assegurar uma adequada reabilitação do sítio histórico. O passo seguinte foi a elaboração de projetos de intervenção, baseados nas deficiências diagnosticadas. Alguns destes projetos também se prestaram à valorização de características consideradas positivas, o que poderiam contribuir para consolidação do bairro da Prainha como um local de turismo, de lazer, de religiosidade e de boas condições de moradia para seus quatro mil habitantes.

8

□ No projeto preliminar enviado para Brasília em 2009, o orçamento geral previsto era de aproximadamente R\$65 milhões. O valor de R\$ 59 milhões foi definido após alguns ajustes e cortes orçamentários.

9

□ O Projeto preliminar foi elaborado por assessores de duas Secretarias Municipais da Prefeitura de Vila Velha, voluntários da ONG *Casa da Memória* e voluntários da Associação de Moradores do Bairro da Prainha. Embora os técnicos do IPHAN não tenham atuado na elaboração das ações, prestaram todos os esclarecimentos necessários para a equipe elaboradora.

Os principais projetos elaborados foram: criação de roteiros turísticos integrados; implantação de projetos museológicos; alterações legislativas e de normas de uso e ocupação do solo em escala local, estruturação da acessibilidade para portadores de necessidades especiais, redefinição das formas de uso das vias de acesso; obras de infraestrutura e aterramento de fiações; capacitação de servidores e representantes da comunidade local para elaboração de novos projetos, implantação e gestão de projetos culturais e turísticos; criação do calendário oficial de eventos turísticos e culturais; recriação dos Conselhos Municipais de Turismo e de Conservação do Patrimônio; recuperação ambiental; montagem de uma estrutura de fiscalização para assegurar a proteção dos bens tombados, início do processo de discussão para elaboração do plano estratégico do turismo, entre outros (SEMCULT, 2009).

Para que estes projetos possam gerar os benefícios esperados, foi necessária uma série de articulações políticas.

Quando ocorre a troca de lideranças no executivo municipal, é natural que as articulações políticas e institucionais tenham que ser redesenhadas. Isto é um processo comum no Brasil, sobretudo em municípios como Vila Velha, onde frequentemente há alternância de partidos políticos e coligações na gestão local.

Em 2009, a gestão municipal passou às mãos de uma ampla coligação partidária e, na repartição do poder entre as forças políticas leais ao novo Prefeito, coube ao Partido Comunista do Brasil a gestão da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Os principais cargos desta Secretaria foram ocupados por militantes do PCdoB e alguns técnicos concursados foram incorporados à equipe, para dar sustentação operacional às ações da SEMCULT.

Foi neste cenário de mudanças que uma nova rede de relações passou a ser tecida. A SEMCULT iniciou um processo de reaproximação com algumas organizações e outras instâncias de governança para fortalecer seus laços com a sociedade local e com outras prefeituras. Embora estas ações já evidenciem alguns resultados positivos, pode-se dizer que ainda há um longo caminho a percorrer, pois algumas empresas e associações civis ainda se mostram contrariadas com a condução da pasta pela atual gestão.

Um bom exemplo disto ocorreu no primeiro ano de gestão, quando as ações vinculadas à cultura foram muito mais efetivas que as relativas ao turismo, que ficou relegado a segundo plano, inclusive tendo sido coordenado por profissionais sem as qualificações esperadas para o cargo. O resultado disto foi um sério desgaste da imagem da atual gestão municipal, e neste momento, uma nova equipe (também desqualificada) vem se esforçando para reverter esta situação.

Mesmo com estes contratemplos, foi possível criar estratégias de incorporação do sítio histórico em uma série de ações, juntamente com importantes apoiadores institucionais.

Um exemplo refere-se à elaboração e divulgação de quatro circuitos turísticos em parceria com o SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa, seção Vila Velha. O sítio histórico da Prainha foi considerado um diferencial do município, de forma que um dos circuitos dedicava-se a apresentar seus atrativos para os visitantes.

Outra parceria importante neste mesmo sentido se deu com a Associação dos Empresários de Vila Velha, que criou o roteiro "Top 10", no qual os visitantes poderiam conhecer os dez principais atrativos turísticos de Vila Velha. O sítio histórico da Prainha foi contemplado no roteiro de visitação, tanto em aspectos gerais, como uma área a ser visitada, quanto em função de atrativos em específico, como o Farol de Santa Luzia e o Convento de Nossa Senhora da Penha (ASEVILA, 2009).

No que se refere às parcerias com outros órgãos de governança, algumas alianças merecem destaque para as análises propostas para o sítio histórico. A primeira delas, tem se dado de forma bastante focada na divulgação da cidade. Trata-se da ADETUR

Metropolitana – Agência de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística Metropolitana¹⁰. É com esta agência que a SEMCULT tem firmado as parcerias necessárias para levar o produto municipal para dentro e fora do estado e torná-lo mais conhecido do grande público. Para tanto, a Prefeitura de Vila Velha, em parceria com as demais prefeituras da Região Metropolitana de Vitória, contratam estandes em feiras de abrangência estadual, nacional e internacional, além de produzirem folheteria com produtos integrados.

A SEMCULT, seguindo as orientações e diagnósticos realizados em 2009, recentemente, deu início a elaboração de Plano Municipal de Turismo que será efetivado por meio de convênio de parceria com a ADETUR Metropolitana, ferramenta esta de planejamento estratégico das ações de turismo, que servirá como instrumento norteador das medidas de governo, bem como de material orientativo para todo o arranjo produtivo em Vila Velha e no Espírito Santo.

Segundo Portuguese (2011), outras ações de divulgação integrada podem ocorrer em situações mais ocasionais, envolvendo a SEMCULT e a CDV – Companhia de Desenvolvimento de Vitória. Geralmente, estas parcerias ocorrem por ocasião da temporada de cruzeiros marítimos e festas populares de grande projeção. Nestas ocasiões, todo o planejamento da recepção e divulgação dos atrativos municipais se dá por meio de ações compartilhadas pelas duas prefeituras. Estas parcerias envolvem, em determinados momentos, elaboração e/ou atualização da folheteria, que é publicada em línguas portuguesa e inglesa.

Este mesmo autor afirmou que a Secretaria Estadual de Turismo tem incentivado o município a se engajar na produção de roteiros regionais integrados com os municípios da Região Metropolitana. No entanto, diferenças políticas e até mesmo a falta de comprometimento da gestão municipal com o turismo, tem gerado entraves complexos para os objetivos do governo estadual. Como conseqüência, Vila Velha tem ficado à margem de muitas ações do governo estadual e isto se reflete na subutilização de seu sítio histórico.

Contudo, convém citar duas outras parcerias que têm se mostrado bastante complexas. Ambas se referem a equipamentos de uso militar, mas que são grandes ícones urbanos da cidade de Vila Velha: o farol de Santa Luzia e o Forte São Francisco Xavier da Barra.

O Farol de Santa Luzia permanece uma incógnita. De acordo com o Protocolo de Intenções e Termo Aditivo nº 001, de 25 de outubro de 2006, recentemente rediscutido entre a Prefeitura Municipal de Vila Velha e a Marinha do Brasil, a Prefeitura foi autorizada a dotar a área com a infra-estrutura básica necessária para a sua utilização turística. No entanto, ainda hoje o farol cumpre suas funções primárias, garantindo segurança à navegação, de modo que a visita só pode ser autorizada em horários específicos e com acompanhamento de monitores. O problema é que a burocracia municipal atrasou o andamento do termo de parceria e com isto, a utilização do farol foi comprometida em todo ano de 2009 e parte do ano de 2010. Ainda hoje, a visita no local ocorre de forma irregular, o que dificulta a divulgação integrada do sítio Histórico.

10

□ A ADETUR Metropolitana - Agência de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística Metropolitana foi fundada em 13 de julho de 2006, com sede em Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo. É uma associação civil, sem fins lucrativos, que congrega as categorias e entidades públicas e privadas relacionadas ao turismo da Região Metropolitana da Grande Vitória. Disponível em <http://www.adeturmetropolitana.com.br/estatuto.html> Acessado em 30 de julho de 2011.

Por sua vez, o Forte São Francisco Xavier da Barra, está aberto à visitação pública, mas em número reduzido de visitantes e em horários rígidos. Isto porque ele se encontra no interior de área de segurança nacional, onde funciona o 38º Batalhão de Infantaria do Exército do Brasil.

Para finalizar, convém mencionar um último fato importante. Em 14 de julho de 2011, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o novo texto do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha, que fixa os parâmetros norteadores do ordenamento territorial do município. O novo PDM tem sofrido sérias críticas por parte de alguns segmentos da imprensa, da sociedade civil e de movimentos organizados, que não se sentiram suficientemente consultados sobre as mudanças aprovadas.

O descontentamento se deve ainda ao fato de o projeto, estudos e delimitações, não ter partido de trabalho técnico elaborado por equipes da Prefeitura, mas sim de consultoria contratada diretamente por empresários e posteriormente apresentado ao executivo, tendo o Prefeito o encampado.

Por estes motivos, a coletividade tem manifestado na imprensa local, sérias desconfianças de que há interesses privados suplantando os interesses públicos.

A discussão sobre o novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha, aprovado pelos vereadores no último dia 13 [julho de 2011], por 15 votos a 2, ainda vai dar o que falar. Aguardando agora a aprovação do prefeito Neucimar Fraga, o novo PDM tem como principal objetivo transformar 7% da área rural de Vila Velha - composta de 60% do município - em área industrial. Esses 7% seriam terrenos cedidos por empresários rurais da região do Xuri e na divisa com Guarapari, que loteariam essas áreas para que, depois de seguidas as normas jurídicas e ambientais, sejam vendidas às indústrias (VALLIM, 2011)¹¹.

Embora a Assessoria de Comunicação da Prefeitura tenha publicado informações dando conta de que o sítio histórico de Vila Velha será beneficiado pelo novo PDN, há de se considerar que todas as mudanças pretendidas e que ainda não foram bem explicitadas, necessitam estar em consonância com os projetos aprovados por ocasião da adesão do município ao PACH em 2009, pois caso as ações de planejamento se conflitem, corre-se o risco ambas se inviabilizarem.

6 conclusões

Concluída a investigação, pode-se observar que as ações de planejamento turístico integrado do sítio histórico, elaboradas pela equipe técnica se deram a partir de parâmetros estabelecidos pelo IPHAN, que é a instância federal responsável pela implantação do PACH. Desta forma, os planejadores seguiram uma série de procedimentos propostos por esferas de governança superiores, o que de certa forma foi positivo, pois a maior parte dos profissionais envolvidos não conhecia os elementos básicos que devem constar em um programa eficiente de revitalização de sítios históricos.

11

□ JORNAL A GAZETA. Lei transforma 7% da área rural de Vila Velha em parques industriais: decisão gera polêmica. Disponível em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/07/. Acessado em 30 de julho de 2011.

A elaboração dos projetos gerou uma elevada expectativa de investimentos no sítio histórico, propondo desde mudanças infraestruturais, ao calendário de eventos. Interessante observar a incorporação do discurso da ampla sustentabilidade e da ampla acessibilidade nos projetos criados.

Acredita-se, com base na análise das políticas elaboradas em 2009, que a atual gestão municipal gerou uma real expectativa de consolidação do sítio histórico de Vila Velha como um espaço de uso público, vinculados ao lazer, ao turismo e à fé. Porém, convém esclarecer que a imensa maioria dos projetos, seja de execução própria através de fontes e recursos do município, e principalmente, os encaminhados pela SEMCULT para financiamento federal, ainda não saíram do papel pelo fato de a Secretaria gestora do processo não ter conseguido elaborar os Termos de Referência necessários à liberação dos recursos.

Com isto, o município continua à margem das ações do PACH, pois enquanto diversas cidades do Brasil já conseguiram adiantar suas ações e realizar grandes melhorias em seus sítios históricos, Vila Velha permanece parada no tempo, na dependência de apoio institucional externo, devido ao fato de não incorporar ao seu quadro, pessoal qualificado para empreender as ações faltantes para a liberação das verbas já aprovadas. Neste caso, a manutenção dos ditos “quadros partidários” em posições que deveriam ser ocupadas por profissionais qualificados, está gerando forte atraso no desenvolvimento municipal.

Uma vez que o Prefeito está no terceiro ano de seu mandato (que é de quatro anos), é bem possível que estes aportes financeiros não sejam mais viabilizados, ou na melhor das hipóteses, ocorra somente para o próximo mandato. O valor turístico do sítio histórico de Vila Velha parece estar claro para todos os atores envolvidos em seu processo de revitalização. O que se questiona é se, em futuro próximo, a tão divulgada reabilitação se dará de fato.

Referências

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo**. Bauru: Edusc, 2002.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA. **A ADETUR**. Disponível em <http://www.adeturmetropolitana.com.br/.html>. Acessado em 30 de julho de 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Top 10**: pontos turísticos de Vila Velha. Vila Velha: ASEVILA, 2009.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luiz. In: **Revista Eure**, Santiago de Chile, V. XXXI, nº. 93, p. 53-71, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades do Brasil: Vila Velha-ES. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 30/07/2011 [e outros acessos].

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano de ação para cidades históricas: patrimônio cultural e desenvolvimento social**. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. **Sobre a Instituição**. Disponível em <http://www.iphan.gov.br/>. Acessado em 30 de julho de 2011.

MAPLINK/TELE ATLAS. Disponível em <<http://www.earth.google.com>>. Acessado em 22/02/2011[e outros acessos].

MINGUEZ GARCÍA, Maria Carmen. **Patrimonio cultural y turismo en los reales sitios en la Comunidad de Madrid y sus incidencias en el territorio**. 2007. Tesis de doctorado (Geografía Humana) – Departamento de Geografía Humana. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2007.

BRASIL – MINISTÉRIO DA MARINHA. **Protocolo de Intenções e Termo Aditivo nº 001, de 25 de outubro de 2006 E Termo de Ajuste de 2009**. Vitória: Capitania dos Portos do Estado do Espírito Santo, 2009. (Arquivo da SEMCULT-PMVV).

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO. (2009). Plano de Ação em Cidades Históricas: Sítio Histórico de Vila Velha - ES. Vila Velha: PMVV.

_____, CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Lei nº 4575/2007. Dispõe sobre a criação do PDM – Plano Diretor Municipal. Vila Velha: PMVV, 2007.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Geografía Humana del bajo Río Doce**. Uberlândia: Assis, 2010.

_____, Planejamento turístico integrado do sítio histórico da cidade de Vila Velha (ES - Brasil). In: PRIMEIRO CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PATRIMONIO TURÍSTICO, 1., 2011, Santiago. **Anais...** Santiago: Universidad Central de Chile, 2011, sp.

_____, e TEUBNER, Fernando. J. **Turismo, conservação ambiental e planejamento urbano em cidades históricas**. em: PORTUGUEZ, Anderson P. (Org.) **Consumo e Espaço: Turismo, Lazer e Outros Temas**. São Paulo: Roca.

RHODEN, Luiz Fernando. **Patrimônio Histórico Como Potencialidade Para o Turismo**. In: GONÇALVES, Ana Beatriz e BOFF, Claudete. **Turismo e cultura: a história e os atrativos regionais**. Santo Ângelo: Venâncio Aires, 2001, p. 111-114.

RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Petrópolis, Papyrus, 2000.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. **Patrimônio cultural**. In: GONÇALVES, Ana Beatriz e BOFF, Claudete. **Turismo e cultura: a história e os atrativos regionais**. Santo Ângelo: Venâncio Aires, 2001, p. 61-62.

TROITIÑO VINUESA, M. A. **Turismos e desenvolvimento em cidades históricas Ibero-Americanas: desafios e oportunidades**. In PORTUGUEZ, Anderson P. **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004, 33-50.

VALLIM, Patrícia. **Lei transforma 7% da área rural de Vila Velha em parques industriais: decisão gera polêmica**. JORNAL A GAZETA, disponível em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/07/. Acessado em 30 de julho de 2011.